

Horácio Vale

PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Aspectos Constitucionais, Administrativos,
Tributários e Processuais

*À Biblioteca do
Superior Tribunal de
Justiça, com respeito
e admiração do autor.*

DF, 24/07/2018.

Horácio Vale

Apresentação - André Luís de Carvalho
Ministro-Substituto do TCU

Prefácio - Augusto Nardes
Ministro do TCU

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 Horácio Vale

Categoria: Propriedade Intelectual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V149p

Vale, Horácio.

Princípios jurídicos da inovação tecnológica : aspectos constitucionais,
administrativos, tributários e processuais / Horácio Vale. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2018.

860 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 787-841.

ISBN 978-85-519-0554-8

1. Tecnologia e direito. 2. Inovações tecnológicas. 3. Inovações tecnológicas
– Legislações. I. Título.

CDD 344.095

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
------------------	---

Capítulo 1 - Propriedade Intelectual

1.1 Direito Industrial.....	9
1.2 Direitos Autorais	29
1.3 Topografia de Circuitos Integrados	56
1.4 Cultivares	57
1.5 Direitos de Computador.....	59
1.6 Direito de Imagem.....	82

Capítulo 2 – Regime Jurídico Da Inovação Tecnológica

2.1 A Constituição Federal	110
2.2 Emenda Constitucional 85/2015	117
2.4 Consulta ao Tribunal de Contas da União.....	165
2.5 Contratação Direta Sem Licitação.....	169
2.6 Contratos de Transferência de Tecnologia.....	175
2.7 Princípio da Publicidade e Dever de Sigilo	182

Capítulo 3 – Objetivos da República Federativa do Brasil 197

Capítulo 4 – Princípios Jurídicos

4.1 Normatividade dos Princípios Jurídicos.....	219
4.2 Princípio da Dignidade	246
4.3 Princípio da Democracia	264

4.4 Princípio da Igualdade.....	265
4.5 Princípio da Liberdade	272
4.6 Princípio da Juridicidade	277
4.7 Princípio da Economicidade	310
4.8 Princípio da Segurança Jurídica	328

Capítulo 5 – Princípios Jurídicos da Inovação Tecnológica

5.1 Princípio da Supremacia da Dignidade em Inovação Tecnológica	338
5.2 Princípio da Função Social da Inovação Tecnológica	343
5.3 Princípio da Inovação Tecnológica Democrática	344
5.4 Princípio da Liberdade em Inovação Tecnológica	345
5.5 Princípio da Proteção Especial à Inovação Tecnológica.....	347
5.6 Princípio da Coesão Dinâmica das Normas Ligadas à Inovação Tecnológica	352
5.7 Princípio da Competência Material Plúrima	357
5.8 Princípio da Preservação da Biodiversidade	358
5.9 Princípio da Prévia e Justa Distribuição dos Benefícios e Ônus da Inovação Tecnológica	404
5.10 Princípio da Serendipidade	408

Capítulo 6 – Gargalos da Inovação Tecnológica Brasileira

6.1 Carência de Pessoal Especializado.....	423
6.2 Necessidade de Autossustentação	423
6.3 Ausência de Previsão de Acompanhamento Pós-Incubação.....	424
6.4 Dificuldade de Acesso à Financiamentos/Investimentos	425
6.5 Dificuldades Ligadas à Transferência de Tecnologia Quanto ao Estímulo ao Corpo Docente.....	426

6.6 Dificuldades Ligadas à Transferência de Tecnologia	
Quanto ao Registro de Patentes.....	426
6.7 Inexistência Efetiva de Incentivos Fiscais.....	427
6.8 Inexistência de Indicadores de Desempenho	427

Capítulo 7 – Inovação Tecnológica, Direitos Fundamentais e Econômicos dos Inventores

7.1. Princípio da Proibição de Retrocesso Social	452
7.2. Princípio da Reserva do Possível.....	454
7.3. A Defesa de Direitos em Juízo	455
7.4 Modulação dos Efeitos Temporais das Decisões Judiciais em Controle de Constitucionalidade	459
7.5. Mandado de Injunção.....	460
7.6 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	469
7.7 Ação Civil Pública.....	472
7.8 Ação de Indenização	489

Capítulo 8 – Atividade Financeira do Estado e Função Extrafiscal dos Tributos

8.1 Atividade Financeira do Estado	493
8.2 Função Extrafiscal dos Tributos	495

Capítulo 9 – Limitações Constitucionais, Infraconstitucionais e Internacionais ao Poder de Exoneração Tributária

9.1 Limitações Constitucionais ao Poder de Exonerar	523
9.1 A Constituição Federal.....	547
9.2 A Lei de Responsabilidade Fiscal	586
9.3 As Leis Complementares 24/1975 e 160/2017	588

9.4 Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/1992).....	611
9.5 Lei de Combate à Corrupção (Lei 12846/2013)	614
9.6 Princípios das Relações Internacionais (cooperação internacional para o progresso da humanidade e dignidade da pessoa humana).....	618
9.6.1 Transparência Fiscal Internacional.....	619
9.6.2 Subsídios Agrícolas e Industriais – OMC.....	621
9.7 A Lei Federal de Inovação Tecnológica	622
9.8 Leis Estaduais de Inovação Tecnológica (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe).....	624
9.9 Incentivos Fiscais Federais ligados à Inovação Tecnológica	631
9.10 A Lei Federal 8032/1990.....	634
9.11 A Lei Federal 8248/1991	636
9.12 A Lei Federal 11196/2005	639
9.13 A Lei Federal 11484/2007.....	640
9.14 Incentivos Fiscais ligados ao Imposto de Importação	641
9.15 Incentivos Fiscais ligados ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	645
9.16 Incentivos Fiscais Ligados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	649
9.17 Incentivos Fiscais Ligados ao Imposto de Renda	650
9.18 Incentivos Fiscais Ligados às Contribuições Sociais	652
9.19 Incentivos Fiscais Ligados às Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	653
9.20 Incentivos Fiscais Previstos na Instrução Normativa 1187/2011 da SRFB	658

9.21 Direito de <i>lege ferenda</i> (o que pode ser feito para aperfeiçoar o sistema)	661
---	-----

Capítulo 10 – Desonerações Tributárias (Imunidades, Isenções, Não-Incidência, Alíquota Zero, Créditos Presumidos, Deduções e Depreciações Patrimoniais) 663

Capítulo 11 – Inovação Tecnológica e Controle Externo dos Tribunais de Contas 679

Capítulo 12 – Planejamento Tributário

12.1 Paraísos e Infernos Fiscais	701
12.2 Planejamento Tributário e o Princípio da Segurança Jurídica	719
12.3 Princípios da Transparência e Moralidade	723
12.4 Princípio da Solidariedade.....	723
12.5 Entrelaçamento com a Incidência, Não-Incidência, Imunidade e Isenção Tributárias	724
12.6 Testes Empíricos.....	725
12.7 Planejamento Tributário Internacional	725
12.8 <i>Tax Dumping</i>	726
12.9 Países com Tributação Favorecida. Critérios Para Identificá-los.....	727
12.10 Papel da OCDE	727
12.11 Teoria dos Jogos, <i>Handsight Bias</i> e <i>Overconfidence</i>	727
12.12 Trust – Forma e Estrutura	734
12.13 Juros sobre Capital Próprio – Subcapitalização.....	735

12.14 Sigilo Fiscal	736
12.15 Troca de Informações Internacionais	744

Capítulo 13 – Responsabilidade Civil do Estado e dos Agentes Políticos em Decorrência de Incentivos Fiscais Criados ao Arrepio da Constituição Federal

13.1 Atividades do Estado e os Princípios da Juridicidade, Moralidade, Boa-fé e Proteção à Confiança.....	760
13.2 Responsabilidade Civil do Estado pelos Danos Tributários.....	761
13.3 Princípio <i>Neminem Laedere</i>	766
13.4 Princípio da Incolumidade das Esferas Jurídicas.....	768
13.5 Princípio da Reparação Integral dos Danos	770
13.6 Princípio da Primazia do Interesse da Vítima.....	773
13.7 Princípio da Proibição do Enriquecimento Sem Causa.....	773
Conclusões.....	777
Bibliografia	787